

Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas

Vol. 11



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

Equipe Editorial

Abas Rezaey	Izabel Ferreira de Miranda
Ana Maria Brandão	Leides Barroso Azevedo Moura
Fernado Ribeiro Bessa	Luiz Fernando Bessa
Filipe Lins dos Santos	Manuel Carlos Silva
Flor de María Sánchez Aguirre	Renísia Cristina Garcia Filice
Isabel Menacho Vargas	Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82 Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas - volume 11. / Filipe Lins dos Santos.
(Editor) – João Pessoa: Periodicojs editora, 2024.

E-book: il. color.

E-book, no formato ePub e PDF.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-6010-103-6

1. Estudos interdisciplinares. 2. Ciências Humanas. I. Santos, Filipe Lins dos. II.
Título

CDD 001.3072

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciências Humanas: pesquisa 001.3072

Obra sem financiamento de órgão público ou privado

Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs

Capítulo 23

**BAIXA VISÃO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE APOIO
PARA CRIANÇAS DA PRÉ ESCOLA**



BAIXA VISÃO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE APOIO PARA CRIANÇAS DA PRÉ ESCOLA

LOW VISION: CHALLENGES AND SUPPORT STRATEGIES FOR PRESCHOOL CHILDREN

Cirlene Benvindo de Souza¹

Resumo: Este ensaio acadêmico aborda os desafios enfrentados por crianças com baixa visão na pré-escola, enquanto investiga as estratégias de apoio que podem ser adotadas para atender às necessidades específicas dessas crianças. O trabalho ressalta a importância da inclusão, da colaboração entre professores, familiares e profissionais da saúde, bem como a adaptação do ambiente educacional. Ao reconhecer tais desafios e propor soluções adequadas, o ensaio busca contribuir para a promoção de uma educação mais inclusiva e capacitadora para crianças com baixa visão.

Palavras- chave: Baixa Visão; Inclusão; Pré-escola; Desafios

Abstract: This academic essay addresses the challenges faced by children with low vision in preschool while investigating support strategies that can, be adapted to meet the specific needs of these children. The work highlights the importance of inclusion and collaboration between teachers, family members, and health professionals, as well as the adaptation of the educational environment. By recognizing challenges and proposing appropriate solutions, the essay seeks to contribute to the promotion of a more inclusive and empowering education for children with low vision.

¹ Universidade Federal do Tocantins – Câmpus de Porto Nacional – Curso de Letras: Libras, Curso de Aperfeiçoamento em Educação Infantil e o SAEE na Deficiência Visual e Surdocegueira

Keywords: Low Vision; Inclusion; Pre-school; Challenges

Introdução

A baixa visão, caracterizada pela limitação parcial da capacidade visual, apresenta desafios significativos para crianças em idade pré-escolar e pode ter implicações abrangentes em seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social (SILVA, 2013). Essa restrição visual pode impactar a participação em atividades diárias, interações sociais e o acesso a informações essenciais para o aprendizado, exigindo abordagens individualizada e adequadas para atender às necessidades específicas dessas crianças.

Há estudos que indicam uma prevalência notável de deficiências visuais parciais em crianças, sublinhando a importância de uma compreensão aprofundada de suas implicações e das estratégias de apoio necessárias. Estima-se, que 80% das crianças com baixa visão apresentam dificuldades visuais já no primeiro ano de vida, mas muitas delas só são encaminhadas para serviços especializados quando atingem a idade escolar (RD, 2024).

Nesse cenário, os problemas visuais se tornam mais evidentes, o que pode impactar negativamente no desenvolvimento e aprendizado dessas crianças. Considerando o percentual de crianças em idade pré-escolar afetada por alguma forma de limitação visual, destaca-se a relevância de um enfoque educacional adaptativo, para garantir o pleno desenvolvimento e bem-estar dessas crianças.

No contexto específico que é o caso da pré-escola, é fundamental reconhecer e abordar as necessidades únicas dessas crianças a fim de possibilitar sua inclusão e proporcionar um ambiente propício ao aprendizado. A diferenciação de estratégias de apoio considerando as necessidades individuais, é relevante para garantir que essas crianças tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais e sociais.

Com este propósito, neste ensaio exploraremos os desafios enfrentados por crianças com

baixa visão, examinaremos intervenções educacionais e adaptativas e discutiremos a importância de estratégias de apoio personalizado. Ao fazê-lo, esperamos destacar a relevância de abordagens específicas e adaptadas para enfrentar os desafios únicos que essas crianças enfrentam, a fim de promover sua inclusão e facilitar seu desenvolvimento integral.

Baixa Visão

De acordo com as leis brasileiras, a “baixa visão” refere-se a uma condição de visão limitada que interfere no desempenho diário de uma pessoa e não pode ser totalmente corrigida por óculos convencionais, lentes de contato, medicação ou cirurgia (BRASIL, 2021). No contexto da educação e legislação específica sobre pessoas com deficiência, a baixa visão é considerada um tipo de deficiência visual que exige adaptações e recursos específicos para que o indivíduo possa acessar integralmente o ensino e demais atividades (Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001).

A legislação brasileira aborda a deficiência visual de maneira ampla, incluindo tanto a cegueira quanto a baixa visão, no contexto do atendimento às necessidades de pessoas com deficiência (BRASIL, 2021). Isso está em consonância com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão - LBI, Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015), que define a pessoa com deficiência como aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A baixa visão é, portanto, reconhecida legalmente como uma condição que requer considerações especiais para assegurar que as pessoas afetadas tenham uma participação plena e efetiva na sociedade, com igualdade de oportunidades, o que inclui o acesso à educação, ao trabalho, e a outros aspectos da vida cotidiana.

Essa abordagem está alinhada com princípios de inclusão social, acessibilidade e garantia de direitos, buscando assegurar que pessoas com baixa visão recebam os suportes necessários para o

desenvolvimento de suas potencialidades. Na educação, isso inclui a provisão de materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas, professores capacitados para o atendimento de suas necessidades educacionais específicas, entre outras medidas de apoio (Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001).

Desafios enfrentados por crianças com baixa visão

Crianças com baixa visão enfrentam uma série de desafios em ambientes de aprendizagem e interação social. A limitação visual pode impactar diretamente a capacidade dessas crianças de participar plenamente das atividades diárias na pré-escola. A necessidade de acessar materiais impressos, participar de atividades visuais e interagir com seus pares pode ser comprometida, resultando em obstáculos significativos para seu aprendizado e desenvolvimento.

Além disto, crianças com baixa visão podem encontrar dificuldades em percorrer por espaços físicos, o que pode afetar sua capacidade de se engajar em atividades recreativas e interações sociais. A falta de acesso a informações visuais pode limitar sua compreensão do ambiente ao seu redor, impactando sua participação em brincadeiras e outras atividades típicas de pré-escola.

As leis que abordam os desafios enfrentados por crianças com baixa visão na educação infantil, no Brasil, por exemplo, a Constituição Federal, em seu artigo 205, estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (Brasil, 1988).

Nessa mesma direção, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015) também trata da inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência, incluindo aquelas com baixa visão, garantindo o direito à educação inclusiva.

Essas leis visam além da inclusão, o suporte adequado para crianças com baixa visão na educação infantil. Visto que, a baixa visão apresenta um impacto significativo no bem-estar psicossocial dessas crianças em idade pré-escolar. Dento em vista que, falta de acesso visual adequado pode

levar à fatores, como frustração, ansiedade e uma sensação de isolamento, especialmente quando as crianças percebem que enfrentam dificuldades diferentes de seus colegas.

Além disto, a limitação visual pode impactar também o desenvolvimento de habilidades sociais, já que as interações e comunicações podem ser interrompidas devido à dificuldade em interpretar expressões faciais e linguagem corporal. Podendo resultar também em dificuldades para estabelecer e manter relacionamentos com colegas, afetando o desenvolvimento emocional e social dessas crianças com baixa visão.

Diante de todas essas adversidades, o docente ao compreender e abordar esses desafios cotidianos e psicossociais enfrentados por crianças com baixa visão na pré-escola, é possível desenvolver estratégias educacionais e de apoio adaptativas que visam promover sua inclusão segura e eficaz no ambiente escolar.

Em resgate ao que já foi dito anteriormente, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, retoma-se a discussão, estabelecendo normas e critérios básicos para promover a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. E isso é fundamental para garantir que todos tenham igualdade de acesso a espaços, serviços e oportunidades. A promoção da acessibilidade é um passo significativo em direção a uma sociedade mais inclusiva e justa para todos.

Intervenções educacionais e adaptativas para crianças com baixa visão

A educação de crianças com baixa visão é um campo que exige atenção especializada e adaptações pedagógicas para assegurar um acesso equitativo à aprendizagem. Este texto busca explorar as teorias e práticas subjacentes às intervenções educacionais e adaptativas voltadas a essa população, enfatizando a importância de abordagens individualizadas e inclusivas.

Inicialmente, é fundamental compreender o conceito de baixa visão. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2008), esta é caracterizada como uma redução significativa da função visual que não pode ser completamente corrigida com óculos comuns, lentes de contato, medicação

ou cirurgia. Isso implica que a educação de crianças com essa condição requer recursos e estratégias específicas.

No âmbito legal, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas ressalta o direito à educação inclusiva. Isso impõe às instituições educativas o dever de proporcionar ajustes razoáveis e apoio individualizado para promover ambientes educativos acessíveis.

A aprendizagem adaptativa é baseada no princípio de que as estratégias educacionais devem ser moldadas para atender às necessidades individuais do aluno. Vygotsky's teoria socio-cultural da aprendizagem realça a importância da interação social no desenvolvimento cognitivo, enquanto sua noção de “zona de desenvolvimento proximal” sugere que a aprendizagem ocorre mais eficazmente com o suporte adequado, o que é essencial para crianças com baixa visão (Vygotsky, 1978).

Estratégias de ensino adaptativas para crianças com baixa visão de acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 incluem:

- Adaptações no Material: Livros didáticos e outros materiais em formatos acessíveis, como braille ou ampliados.
- Tecnologia Assistiva: Uso de dispositivos eletrônicos e softwares que facilitam a leitura e aprendizagem, como leitores de tela e lentes especiais.
- Design Universal para Aprendizagem (DUA): Criação de currículos flexíveis que oferecem múltiplas formas de apresentação, expressão e engajamento, para atender à diversidade dos aprendizes.
- Envolvimento Sensorial: Utilização de métodos multisensoriais que integram tato, som e resíduos visuais para reforçar a compreensão.

Intervenções educacionais e adaptativas eficazes para crianças com baixa visão são multidimensionais e requerem uma abordagem colaborativa. O sucesso destas intervenções depende de um entendimento profundo das capacidades individuais da criança, bem como de um comprometimento com práticas de ensino inclusivas e adaptativas.

Docentes são fundamentais para identificar as necessidades e potencialidades de cada aluno, desenvolvendo e implementando um plano educacional individualizado (PEI). Também devem colaborar com outros profissionais da saúde para alinhar estratégias pedagógicas e terapêuticas.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949/2005, destaca a evolução do conceito de deficiência e reconhece as barreiras que limitam a participação plena e efetiva das pessoas com baixa visão na sociedade, e ressalta a importância de garantir igualdade de oportunidades para todos, independentemente de suas capacidades sensoriais.

As deficiências sensoriais referem-se a disfunções parciais ou totais de qualquer um dos cinco sentidos humanos: audição, paladar, visão, olfato e tato. O reconhecimento dessas deficiências como parte essencial da experiência humana levou ao desenvolvimento de tecnologias assistivas inovadoras, que visam eliminar as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiências sensoriais.

A tecnologia tem desempenhado um papel fundamental na abordagem dessas questões. Sistemas de navegação por voz, dispositivos de leitura em Braille, aplicativos de reconhecimento de imagem e outras soluções têm permitido que pessoas com deficiências sensoriais desfrutem de maior independência, acesso à informação e participação ativa na sociedade.

A incessante evolução das tecnologias assistivas e a crescente conscientização sobre as necessidades das pessoas com deficiências sensoriais representam passos significativos em direção a uma sociedade mais inclusiva. Ao promover a acessibilidade e equalizar as oportunidades, essas inovações não apenas capacitam as pessoas com deficiências, mas também enriquecem a sociedade como um todo.

Trazendo novamente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, que traz um importante entendimento sobre a tecnologia assistiva (TA). No seu artigo 3º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, TA engloba “produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços” com o objetivo de promover a funcionalidade relacionada à atividade e participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Essas tecnologias visam potencializar sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Na mesma direção, Mara Lúcia Sartoretto e Rita Bersch fala “Assistiva: tecnologia e educação”, enfatizando que tecnologia assistiva abarca um vasto conjunto de recursos e serviços destinados a proporcionar ou ampliar as habilidades funcionais de pessoas com deficiência. Essa abordagem visa não apenas oferecer suporte adaptativo, mas também fomentar a vida independente e a inclusão, promovendo, assim, uma participação plena e igualdade de oportunidades para todos os membros da sociedade.

O docente ao reconhecer a importância da tecnologia assistiva como agente facilitador da acessibilidade e da inclusão, é preciso continuar promovendo o desenvolvimento e a utilização desses recursos inovadores. Ao fazê-lo, estaremos construindo um ambiente mais acolhedor e capacitador para as crianças com baixa visão, transformando desafios em oportunidades e garantindo que todos tenham a chance de realizar seu pleno potencial.

Importância do Suporte Personalizado

Suporte personalizado para crianças com baixa visão refere-se à assistência e aos recursos adaptados especificamente para atender às necessidades individuais de uma criança que tem dificuldades visuais (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015). Isso pode abranger diversas estratégias e ferramentas para melhorar a aprendizagem e a interação diária da criança com o mundo. Aqui estão alguns elementos comuns que podem estar incluídos no suporte personalizado:

- **Adaptações no Ambiente:** Isso pode incluir ajustes na iluminação, uso de cores contrastantes e organização do espaço de forma a maximizar a visão residual da criança.
- **Materiais Didáticos Adaptados:** Materiais de leitura e de estudo com letras ampliadas, uso de livros em braille, recursos de áudio e tecnologia assistiva, como softwares de ampliação de tela ou leitores de tela.
- **Técnicas Específicas de Ensino:** Metodologias de ensino que consideram a baixa visão,

permitindo que a criança use seus sentidos remanescentes de maneira mais eficaz.

- **Treinamento de Habilidades:** Inclui orientação e mobilidade para ensinar a criança a se movimentar de forma segura e independente, assim como o treinamento em técnicas de vida diária adaptadas.
- **Suporte Social e Emocional:** Oferecer suporte para o bem-estar emocional da criança, incluindo a integração social com os colegas e o apoio para lidar com as frustrações que podem surgir devido a limitações visuais.
- **Colaboração com a Família:** Envolver a família na educação e no suporte, fornecendo informação e orientação para reforçar o desenvolvimento da criança em casa.
- **Uso de Tecnologia Assistiva:** Implementação de dispositivos e softwares projetados para ajudar pessoas com deficiência visual, como lentes de aumento, câmeras de leitura especiais e dispositivos eletrônicos portáteis.
- **Os planos de educação individualizada (IEPs)** desempenham um papel central na garantia de suporte personalizado, abordando tanto as necessidades acadêmicas quanto as funcionais de crianças com baixa visão. Tais planos servem como um guia abrangente e estruturado para atender essas necessidades de forma holística, garantindo que cada criança tenha acesso a oportunidades educacionais e recursos que promovam seu desenvolvimento global.

O suporte personalizado é fundamental porque cada criança com baixa visão tem um conjunto único de desafios e capacidades. Portanto, a personalização permite que elas maximizem seu potencial de aprendizado e independência.

Conclusão

A inclusão efetiva de crianças com baixa visão na educação infantil demanda uma

abordagem ampla, centrada em estratégias pedagógicas adaptativas, recursos tecnológicos assistivos e um ambiente inclusivo que promova o pleno desenvolvimento e bem-estar dessas crianças. Ao longo deste ensaio, notamos a importância de identificar precocemente as necessidades individuais de cada criança, a implementação de metodologias de ensino inclusivas e a utilização de tecnologias assistivas, como materiais didáticos adaptados e softwares específicos, que são fundamentais para o acesso ao currículo e à participação ativa no processo educativo.

Compreendeu-se também, que formação continuada dos educadores para práticas inclusivas emerge como uma estratégia fundamental, equipando-os com as competências necessárias para responder de maneira eficaz às necessidades de aprendizagem das crianças com baixa visão. Além disso, o envolvimento da família e a colaboração multidisciplinar constituem pilares essenciais no apoio a essas crianças, garantindo uma rede de suporte abrangente e coesa, que ultrapassa as fronteiras da sala de aula.

Em conclusão, alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva para crianças com baixa visão na educação infantil, na idade pré escolar, requer uma mudança paradigmática, que coloque esses alunos no centro do processo educacional, reconhecendo e valorizando suas diferenças como potenciais e não como limitações. A implementação das estratégias apresentadas, alinhada ao compromisso coletivo de professores, famílias e profissionais da saúde, pode transformar os ambientes educativos em espaços de aprendizagem acessíveis, inclusivos e enriquecedores para todas as crianças, independentemente de suas condições visuais.

Referências

Baixa visão prejudica crianças em idade escolar. Disponível em: <https://mobilizadores.org.br/noticias/baixa-visao-prejudica-criancas-em-idade-escolar/?eixo=> Acesso em: 05 de mar de 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/>

politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 02 de mar. 2024.

BRASIL. Constituição Federal, (1988).Constituição da República Federal do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal,1988.

BRASIL. DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 04 de mar de 2024.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. (Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>Acesso em 02 de mar de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 28 de fev de 2024.

BRASIL. Lei nº10.098, de 10 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 04 de mar de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008. § 1º e 2º. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3128_24_12_2008.html. Acesso em 04 de mar de 2024.

BRITO, Patrícia Ribeiro; VEITZMAN, Sílvia. Causas de cegueira e baixa visão em crianças. Arquivos Brasileiros de Oftalmologia, v. 63, p. 49-54, 2000.

BORGES, Sebastiana Cecília Ramos Dutra. A importância da parceria escola-família para a inclusão de alunos com baixa visão. 2011.

Deficiências sensoriais e tecnologias assistivas. Disponível em: <https://apps.tre-ce.jus.br/tre/manual-de-comunicacao-acessivel/index.php?cap=2-deficiencias-sensoriais-e-tecnologias-assistivas>. TECNOLOGIA ASSISTIVA. Acessado em: 03 de fev. 2024.

DE OLIVEIRA, Caroline et al. Ações manipulativas e o ato de criar brincadeiras com cubos em crianças com e sem baixa visão. *Saúde e Desenvolvimento Humano*, v. 8, n. 1, p. 49-58, 2020.

DE SOUZA, Cristina Silva Ribeiro et al. Sensibilizando Futuros Docentes para uma Prática Pedagógica Inclusiva Através da Construção de um Livro Tátil: uma Reflexão Necessária. *Experiências em Ensino de Ciências*, v. 14, n. 3, p. 58-71, 2019.

Instituicao de ensino: como fazer a inclusao do estudante com baixa visao? Disponível em: <https://mudes.org.br/instituicao-de-ensino/como-fazer-a-inclusao-do-estudante-com-baixa-visao/> Acessado em: 03 de fev. 2024.

OS ALUNOS COM DEFICIENCIA VISUAL: BAIXA VISÃO E CEGUEIRA. Coleção: A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. Marcos Seesp-Mec Fasciculo III - B: Marcos Seesp-Mec Fasciculo III - B.qxd 28/10/2010 16:05 Page 825/PDF.

REDE MOBILIZADORES - RD. Baixa visão prejudica crianças em idade escolar. Disponível em: <https://mobilizadores.org.br/noticias/baixa-visao-prejudica-criancas-em-idade-escolar/?eixo>. Acesso em 05 de Março de 2024.

SILVA, Cibele Maria Ferreira da et al. Desempenho escolar: interferência da acuidade visual. *Revista Brasileira de Oftalmologia*, v. 72, p. 168-171, 2013.

SORIANO, Karen Regiane. Práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da linguagem escrita de estudantes cegos e/ou com baixa visão: ponto de vista dos professores. 2022.

VYGOTSKY, L.S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo – SP: Livraria Martins, 1991. p. 115.

VYGOTSKY, L.S. *Mente na Sociedade: O desenvolvimento de processos psicológicos superiores*. Cambridge, MA: Harvard University Press (1978).